



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CAMPUS DE ANANINDEUA

ÂNDRIA VITÓRIA NÓBREGA CAVALCANTE

**“COMO EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS”**: visibilidade das mulheres no ensino de História através de oficinas para o combate à violência.

ANANINDEUA  
2022

ÂNDRIA VITÓRIA NÓBREGA CAVALCANTE

**“COMO EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS”**: visibilidade das mulheres  
no ensino de História através de oficinas para o combate à violência.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
para obtenção do grau de Licenciada em  
História, Faculdade de História, campi de  
Ananindeua, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Anna Maria Alves Linhares.

ANANINDEUA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

N754c Nóbrega, Ândria Vitória Nóbrega Cavalcante.  
"Como educar crianças feministas": : visibilidade das  
mulheresno ensino de História através de oficinas para o combate  
à violência. / Ândria Vitória Nóbrega Cavalcante Nóbrega. —  
2022.  
32 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Anna Maria Alves Linhares  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso  
deHistória, Ananindeua, 2022.

1. Ensino de História. 2. Gênero. 3. Violência. 4.  
Oficinaspedagógicas. I. Título.

CDD 370.71

---

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, e à Nossa Senhora de Nazaré, que ouviram minhas preces para entrar na universidade que sempre sonhei, e hoje, escutam os meus agradecimentos pela conclusão deste ciclo.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, em especial à Faculdade de História, que proporcionou aos seus discentes uma formação de qualidade, fomentando nos alunos a construção dos saberes através da pesquisa e extensão universitária.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Anna Maria Alves Linhares, primeiramente, por me conceder o privilégio de ser sua bolsista durante grande parte da minha graduação, e por sempre acreditar no meu potencial enquanto pesquisadora. Agradeço aos meus excelentes professores, do Campus de Ananindeua, em especial à professora Dr<sup>a</sup> Sueny Oliveira, que sempre deu legalidade e estímulo às minhas pesquisas e trabalhos sobre mulher e ensino de história.

Agradeço à minha mãe, Kellen Nóbrega, por em 2017 me dar apoio e incentivo para ingressar no curso de Licenciatura em História, e além disso, agradeço pela criação e formação, que com todas as adversidades de ser uma mãe solo, criou uma filha tão forte quanto ela. Agradeço também ao meu pai do coração, Carlos Dalfré, que não pensou duas vezes ao me adotar como sua filha, e desde então, foi um dos pilares na minha formação como mulher e pessoa.

À minha avó, Ocidéa Nóbrega, um exemplo de força e amor, às minhas tias, Kadma Nóbrega e Kátia Nóbrega, que são exemplos de mulheres fortes e determinadas, e ao meu tio, Jefferson Nóbrega, que sempre cuidou de mim e me incentivou a ser uma boa pessoa. Agradeço também às minhas primas, Brenda Nóbrega, Cecília Nóbrega e Bárbara Nóbrega, que são inspirações para mim, minhas amigas e confidentes, com quem vivi momentos maravilhosos da minha vida e esse, em especial, também quero compartilhar com elas.

Aos meus amigos de longa data, Arize Lourinho, por todo incentivo e pelas conversas e desabafos sobre os desafios de ser professora. Ao meu amigo Lucas Noronha, que desde quando eu era uma vestibulanda, me incentiva e vibra com todas as minhas conquistas.

Aos meus amigos da Universidade, Ingrid Larêdo, Paulo Wesley e Beatriz Paiva, por toda cumplicidade, incentivo e força durante esses 4 anos, sem vocês, o caminho seria ainda mais difícil.

Ao meu namorado, Vinícius Lima, que foi fundamental nessa reta final, ouvindo minhas dores e aflições, e sempre enxugando as minhas lágrimas e incentivando a levantar a cabeça e continuar.

## RESUMO

O presente artigo discute a problemática do apagamento da história das mulheres no ensino e na historiografia, as consequências desse silenciamento, como por exemplo, os altos índices de violência contra a mulher, e o papel de professoras (es) na mudança desse cenário violento. Este trabalho também analisa os resultados das dez oficinas temáticas, relacionadas à estudos de gênero, que realizei em seis instituições de ensino público de Belém e Região Metropolitana. Assim, apresento como as oficinas, enquanto ferramentas pedagógicas usadas por professoras (es), possuem o potencial de contornar a ausência da história das mulheres nos currículos de ensino básico e visibilizá-las enquanto agentes históricos, promover debates em sala de aula em torno das problemáticas das opressões de gênero, e, principalmente, agir diretamente no combate à violência contra a mulher e na construção de uma sociedade pautada na igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Educação; Gênero; Violência; Oficinas Pedagógicas.

## **ABSTRACT**

The current article talks about the problematic of the women's history extinguishing in the teaching and in the historiography, and the consequences of this silencing, for example, the high indicatives of violence against the women, and the functioning of the teachers in the changing of this fierce scenery. This study also analyzes the results of ten thematic workshop, related to the gender study, that I made in six institutions of public teaching in Belém and metropolitan area. Therefore, I introduce the way the workshops, as pedagogical widgets used by teachers, have the potential to supply the absence of women's history in the basic teaching study programs and show them as historical agents, promote debates in the classroom around of problematics gender oppressions and mainly operate directly in the women's violence fighting and in the building of one society made over in gender equality.

**Keywords:** Education; Gender; Violence, Pedagogical workshops.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>ONDE ESTÃO ELAS? O SILENCIAMENTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES ...8</b>	
<b>DA NATURALIZAÇÃO À CONDENAÇÃO SOCIAL: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>13</b>
<b>EDUCANDO CRIANÇAS FEMINISTAS: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS MULHERES .....</b>	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “como educar crianças feministas: visibilidade das mulheres no ensino de História através de oficinas para o combate à violência”<sup>1</sup> é fruto das experiências, por mim vivenciadas, na condição de bolsista do projeto de extensão da Universidade Federal do Pará “Lugar de mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de história”<sup>2</sup>, no qual me dediquei dos anos de 2017 à 2019 e do projeto de pesquisa “Onde Está Tereza?: invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de História e patrimônio”<sup>3</sup>, iniciado em 2021 e vinculado à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) a partir de uma ementa parlamentar do ex deputado federal Edmilson Rodrigues, ambos os projetos foram coordenados pela professora da Universidade Federal do Pará, Anna Maria Alves Linhares<sup>4</sup>. Partindo dessas vivências, nos referidos projetos, elenquei como necessário expandir a minha pesquisa para os debates acerca da história das mulheres, ou a falta deles, em sala de aula.

Entre as experiências proporcionadas pelos projetos supracitados, estão o desenvolvimento e mediação de oficinas em duas turmas do 1º ano, seis turmas do 2º ano e duas do 3º do ensino médio em seis instituições de ensino básico da rede pública de Belém e Região Metropolitana, cujos temas abordados foram: “os movimentos feministas”, “a violência contra a mulher”, “o feminicídio” e “história das mulheres”. Os resultados dessas experiências serão analisados neste artigo.

De forma geral, meu objetivo foi me ater às invisibilidades das mulheres, em especial no ensino, e o que essas invisibilidades ocasionam, como os altos índices de violência contra a mulher no estado do Pará, que registrou 6.700 casos no primeiro semestre de 2021, segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Esse título faz referência à obra “Para educar crianças feministas: um manifesto” de Chimamanda Ngozi Adichie, que aborda como a educação e as ações cotidianas de mães e pais podem ser uma ferramenta para enfrentar as violências de gênero e, principalmente, construir um mundo menos violento para meninas e meninos.

<sup>2</sup> O referido projeto foi vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará na época.

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa vinculado à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e à Universidade Federal do Pará.

<sup>4</sup> Professora da Universidade Federal do Pará. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Antropologia e Doutora em História Social da Amazônia também pela Universidade Federal do Pará. Desenvolve pesquisas na área de Gênero, História das Mulheres, Movimento Feminista, Patrimônio Histórico e Cultura Indígena.

<sup>5</sup> Casos de violência doméstica crescem 12% no Pará. **G1 Pará**, Belém, 20 ago. 2021. Disponível em:

Ao ser confrontada por esses dados, julguei necessário e urgente discutir alternativas para a mudança desse cenário. Assim, organizo esse trabalho em três pontos de análise: o primeiro aborda a invisibilização da história das mulheres na historiografia e no ensino, o segundo discute a naturalização da violência contra a mulher e o que é o movimento feminista e o terceiro ponto analisa as oficinas realizadas em diferentes turmas de ensino médio da rede pública, e propõe alternativas aos discentes de inclusão da história das mulheres no ensino.

É importante assinalar que não se pretende com este trabalho uma supervalorização da história das mulheres em detrimento da dita “história tradicional” que valoriza uma História política e atrelada à personagens do sexo masculino, a intenção é utilizar uma abordagem diferente, ao passo que a introdução da história das mulheres no campo historiográfico contribuiu para a ampliação de fontes e para a percepção de novos problemas sociais. A partir da História das mulheres foram possíveis pesquisas que traçavam novos caminhos de análise, construindo assim uma narrativa alternativa à tradicional (ROCHA, p.37, 2020).

Além de promover mudanças no campo historiográfico, a história das mulheres, bem como as relações de gênero, enriquece a aprendizagem e o ensino de História, como aponta Carla Bassanezi Pinsky (2018). A autora afirma que as relações de gênero sofrem influência de aspectos sociais, raciais e econômicos, sendo assim, “um olhar de gênero”, como a autora chama, pode abarcar todos esses aspectos da sociedade e ainda mostrar, na prática, as diferenças de cada grupo social de acordo com o momento histórico, propiciando aos alunos a oportunidade de construir uma aprendizagem mais crítica e empática.

Para educar crianças e adolescentes e construir uma sociedade igualitária e menos violenta precisamos enquanto professoras (es) não reproduzir os papéis de gênero e mais importante que isso, ensinar a esses sujeitos que os papéis de gênero só limitam as suas capacidades e potenciais. Um exemplo dessa reprodução é quando falamos que meninas não conseguem ou não devem fazer determinada coisa pois são meninas. É evidente que existem diferenças biológicas entre meninos e meninas, entretanto, as diferenciações sociais se fazem a partir dos papéis de gênero, ao passo que são colocadas limitações intelectuais atreladas ao gênero. O que devemos ter em conta é que nenhuma mulher é menos inteligente ou menos capaz pelo simples fato de

ser mulher. Falas e atitudes que reproduzem os papéis de gênero reforçam a estrutura patriarcal da nossa sociedade e contribuem para o silenciamento feminino e o aumento dos casos de violência contra a mulher (ADICHIE, p. 10, 2017).

Apesar da existência de leis que reconhecem e tipificam a violência contra a mulher no Brasil, como a Lei Maria da Penha<sup>6</sup> e a Lei do Feminicídio<sup>7</sup>, os casos de violência contra a mulher crescem a cada ano, e contra a mulher negra ainda mais, por isso se faz importante interseccionalizar o debate, pelo olhar racial e de gênero, e adotar medidas para o combate à violência. Deste modo, acredito que a educação pode e deve ser usada como ferramenta de transformação dessa realidade.

Segundo Façanha (2018) as relações e opressões de gênero se manifestam em diferentes locais e contextos, e a escola é um deles. No cotidiano escolar, é possível perceber o machismo nas relações entre o corpo docente e discente, exemplos disso são a hierarquia entre homens e mulheres que ocupam a mesma posição, as “brincadeiras” que desqualificam o sexo feminino, entre outras atitudes que silenciamas mulheres. Posto isso, o contexto escolar se apresenta como um local que urge de debates acerca das violências de gênero e de um ensino de história atrelado à história das mulheres, como me propus fazer ministrando oficinas.

## **ONDE ESTÃO ELAS? O SILENCIAMENTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES**

Para Adichie (2014, p.14): “se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal.” Partindo desse pressuposto, se só estudamos sobre homens, nas narrativas historiográficas e na construção da História, normalizamos a ausência de mulheres em tais narrativas e, assim, nos privamos da possibilidade de enxergá-las como agentes construtoras da História.

Mas por que as mulheres foram excluídas? Lerner (2019) defende que foi devido ao patriarcado. O patriarcado é, de acordo com Saffioti (2004 apud ROCHA, 2020, p.36), “[...] um regime de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, que privilegia o sexo masculino, em relação aos lugares de poder na família e na sociedade”. Retomando a ideia de Lerner (2019) a sociedade foi construída a partir

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

de um regime patriarcal, e seria justamente o patriarcado o principal responsável pelo silenciamento feminino na historiografia.

Entende-se que é trabalho do Historiador selecionar as fontes para assim construir a narrativa historiográfica, deste modo, Reis analisa que (2000 apud ROCHA, 2020, p.37) “a historiografia positivista no final do século XIX priorizava uma história narrativa relacionada às nações e aos eventos políticos, que tinham como seus principais personagens sujeitos do sexo masculino”. Esse cenário modificou-se a partir da Escola dos Annales, com a problematização e introdução de novos temas na História. Além disso, outro fator que contribuiu para a mudança na construção das narrativas, que só evidenciavam o sexo masculino, foi o ingresso de mulheres como estudantes e pesquisadoras na academia, ao passo que a ocupação feminina propiciou a desconstrução de “silêncios historiográficos sobre as mulheres” (ROCHA, 2020, p.37).

De acordo com Gerda Lerner (2019, p.24): “as mulheres são e foram peças centrais, e não marginais para a criação da sociedade e a construção da civilização”. Contudo, a academia que hoje abre espaço para debates de gênero foi um espaço que, outrora, era monopolizado por homens. Esses homens escolheram privilegiar o espaço público e a política para a constituição da historiografia, ou seja, espaços que, por muito tempo, negaram a presença e participação feminina, como a autora observa:

Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada (LERNER, 2019, p.24).

A partir dessa valorização da história, em que homens foram protagonistas, a produção historiográfica acerca da história das mulheres era pouca ou praticamente inexistente. Nesse sentido, Michelle Perrot (2007) apresenta o processo de início e consolidação da História das Mulheres na academia, um dos pontos levantados pela autora, para exemplificar os obstáculos existentes para a escrita dessa história, é a quantidade reduzida ou quase inexistente de fontes sobre as mulheres. Acerca disso, a autora pontua que essas pouquíssimas fontes são, na verdade, representações femininas feitas por homens. Essas, em grande parte, são pinturas, relatos policiais ou jornais. A partir dessas representações, era possível entender o contexto no qual as mulheres de determinada época estavam inseridas, bem como, as regras morais que as norteavam.

Perrot (2007) defende que as mulheres eram o que os homens pensavam e diziam delas.

Joan Scott (1995), ao definir gênero como uma categoria de análise, foi fundamental para o advento das pesquisas relacionadas à gênero dentro da academia. Contudo, apesar dos debates acadêmicos acerca das questões de gênero se fazerem cada vez mais presentes, ainda há uma dificuldade de incorporar esses discursos ao ensino de história. Como consequência do silenciamento na Historiografia, veio o silenciamento da história das mulheres no ensino.

Dessa forma, ao pensar sobre o Ensino de História no Brasil, Fonseca (2006) reflete como o regime de memorização de datas, de fatos e dos ditos grandes heróis esteve presente por muito tempo nas salas de aula, e os protagonistas eram figuras majoritariamente masculinas e brancas, o que acabava por desconsiderar a pluralidade dos agentes históricos.

Os livros didáticos são fontes documentais essenciais para análise do ensino de História e da invisibilização feminina, ao passo que os “[...] textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITTENCOURT, 2001 apud BARROSO, 2020, p.50).

Barroso (2020) faz uma análise dos livros didáticos de História a fim de observar a forma como as mulheres negras são retratadas, isso quando o são. A pesquisadora realizou uma análise dos livros de Ensino Fundamental do PNLN de 2001 a 2017, selecionando assim livros produzidos antes e depois da lei 10.639<sup>8</sup>, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira.

A referida autora constatou, em sua análise, que tanto antes da lei quanto após, o povo negro, em especial as mulheres negras, são retratadas poucas vezes, enquanto homens brancos ocupam a maior parte dos livros didáticos e, até mulheres brancas também são notadas, estas em menor número que os primeiros. Mas, para além da análise quantitativa das representações, a autora observa que os negros são retratados, em sua maioria, em situações atreladas à escravidão e à pobreza, e, além disso, percebe como foi consolidada uma imagem de controle sobre a figura das mulheres negras, ao passo que nas raras vezes que são retratadas, estão em condições de escravização, servidão, sexualização e pobreza.

Barroso (2020) chama atenção para problemática dessas representações no

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

livro de História, pois “[...] o livro didático de história geralmente é a principal fonte de estudo, ou ao menos o elemento predominador na determinação do processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história (RÜSEN 2010, p.109 apud BARROSO, 2020, p.53). Desse modo, sendo o livro didático uma ferramenta tão importante no ensino, de que forma essas estudantes vão se sentir participes da história do seu país se os sujeitos que elas se identificam só são retratados de forma subalterna?

Nos livros analisados pela autora, há algumas exceções na retratação das mulheres negras, em alguns momentos aparecem como participantes ativas do processo histórico, bem como são retratadas como pesquisadoras e estudiosas. Ela então sugere que as professoras e professores de História se utilizem dessas imagens de exceção e que problematizem também os estereótipos das demais imagens para construir, juntamente com os alunos, uma consciência histórica justa, antirracista e que quebre os padrões patriarcais brancos enraizados em nossa sociedade (BARROSO, 2020, p. 111).

Caimi e Mistura (2015) também analisam essa presença e ausência feminina nos livros de História. As pesquisadoras constataram que as mulheres são citadas em momentos específicos, muitas vezes como informação complementar ao conteúdo. Elas analisaram que as mulheres são retratadas no Brasil Colonial e Império a partir das atrocidades as quais eram submetidas, como trabalho doméstico, estupros, trabalho escravo e assassinatos, enquanto após a Proclamação da República as figuras femininas desaparecem dos conteúdos no livro didático de história. As autoras ainda chamam atenção para outro ponto em comum com o trabalho de Barroso (2020): o fato de algumas mulheres, em sua maioria as brancas, receberem mais destaque do que outras, as negras.

Ao analisar o trabalho de Caimi e Mistura e o de Caroline Barroso é possível perceber como o patriarcado e o racismo estão enraizados em nossa sociedade, e mais do que isso, é importante se atentar para como a escola pode se configurar como um espaço de reprodução e/ou perpetuação de desigualdades raciais e de gênero, uma vez que naturaliza silenciamentos e opressões (LOURO, 1997, p.88). Rovai e Monteiro ponderam que

[...] a participação feminina no mercado e nos espaços institucionais não é capaz de superar as desigualdades socialmente construídas e naturalizadas por um formato de educação que as ignora no cotidiano das escolas e na elaboração de seus currículos. São evidências que demonstram que, se há avanços em certos aspectos, ainda há uma cultura e uma estrutura patriarcal, excludora e estigmatizante sobre as mulheres, que precisa ser combatida,

passando por aquilo que se ensina ou se omite em sala de aula (ROVAI; MONTEIRO 2020, p.212)

O ensino de História, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, deve contribuir

[...] para os processos formativos de crianças, jovens e adultos inseridos na Educação Básica, considerando suas vivências e os diversos significados do viver em sociedade. Desse modo favorece o exercício da cidadania, na medida em que estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia, como requer constitucionalmente, a construção da sociedade democrática brasileira (BNCC, 2016 apud FAÇANHA, 2018, p. 45)

Entretanto, essa mesma BNCC excluiu os termos gênero e sexualidade, como uma forma de adotar a neutralidade diante dos debates em sala de aula. Essa neutralidade política surge dos estereótipos ligados aos termos de gênero e sexualidade, mas principalmente, pelo interesse na manutenção da sociedade patriarcal (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p.211). Linhares (2020) ao debater sobre a construção dos currículos cunha o conceito de “falocentrismo pedagógico”. A autora pontua que os currículos e planos de curso foram feitos por homens e para falar de homens, e que existe uma resistência e complexidade, tanto dentro de sala de aula, quanto fora, de introduzir as questões de gênero nos debates.

Nesse sentido, neutralidade e apagamento estão intimamente ligados com o interesse em manter a história das mulheres silenciada, em manter os limites entre o público e o privado, para que não se interfira no meio doméstico e nas violências que são cometidas na privacidade, ignorando assim, voluntariamente ou involuntariamente, a misoginia, o machismo e as desigualdades existentes na nossa sociedade (FAÇANHA, 2018, p. 58). Linhares pontua que

por causa de todas essas angústias que só nós mulheres sabemos por qual passamos que se fez tão urgente e emergente a escrita e reflexão da história sobre as mulheres e feita por mulheres na historiografia. Tudo que nos fora designado como funções sociais são frutos de socializações impostas pelo patriarcado. Essas imposições sociais nos reduzem aos domínios da natureza (LINHARES, 2020, p. 86).

Gerda Lerner (2019) defende que o patriarcado possui início na história e por isso também pode ter um fim através da história enquanto processo. Desse modo, podemos pensar que a historiografia, o ensino de história e a educação podem reforçar certos padrões, mas também podem destruir os existentes e cunhar novos. Por isso é tão importante pensar um ensino que busque a igualdade racial e de gênero, e não se trata

de defender uma minoria vitimizada, e nem de criar apêndices no ensino para falar de mulheres, mas sim de dar voz à essas sujeitas que foram tão importantes e ativas na construção da sociedade e para além disso, trata-se “[...] de reconstruir toda uma gama de relações hierarquizadas, desiguais e opressoras, que atingem toda a comunidade escolar” (NATIVIDADE, 2010, p.53 apud FAÇANHA, 2018, p.45). Como pontua Adichie (2014, p.16): “somos seres sociais, afinal de contas, e internalizamos as ideias através da socialização”. Dessa forma, é possível construir um conhecimento histórico escolar de forma colaborativa, onde meninas e meninos possam compreender a necessidade de respeito às diferenças.

## DA NATURALIZAÇÃO À CONDENAÇÃO SOCIAL: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com o Mapa da Violência de 2015, o feminicídio no Brasil aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas a cada 100 mil mulheres, isso entre os anos de 2006 e 2013<sup>9</sup>. No início do ano de 2020, o estado do Pará foi líder da região Norte em casos de feminicídio, de acordo com o levantamento feito pelo G1<sup>10</sup> em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>11</sup>. Em 2021, 7.255 mulheres foram vítimas de violência de gênero no Pará, segundo dados da SEGUP<sup>12</sup>.

Rocha (2020) pontua que essa violência de gênero se relaciona com variáveis como etnia, classe econômica, escolaridade e aspectos culturais e regionais. Ou seja, os dados são claros ao demonstrarem que a violência tem cor, segundo os números no Sistema de Informação sobre Mortalidade, apresentados no Mapa da Violência de Gênero, as maiores vítimas de feminicídio são mulheres negras<sup>13</sup>. De acordo com a pesquisa, o Pará aparece em segundo lugar, com uma diferença de 93 negras mortas

<sup>9</sup> PANORAMA da violência contra as mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

<sup>10</sup> Portal de notícias do Grupo Globo sob orientação da Central Globo de Jornalismo.

<sup>11</sup> O Pará é o estado da região norte com mais casos de feminicídios. **G1 Pará**, Belém, 05 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

<sup>12</sup> CORREA, Emanuele. Mais de 7,2 mil mulheres foram vítimas de violência de gênero no Pará este ano. **O Liberal**, Belém, 10 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

<sup>13</sup> SILVA, Vitória Régia da. Diferença entre as taxas de homicídio de mulheres negras e não negras evidencia racismo, diz coordenadora do Mapa da Violência de Gênero. **Gênero e Número**, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.generonumero.media>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

para 17 não negras, a cada 100 mil mulheres. Durante a pandemia do COVID-19, esse quadro violento se intensificou, segundo a secretária de Segurança Pública da Bahia, Denice Santiago, a cada oito minutos uma mulher sofre violência e mais da metade são negras<sup>14</sup>. As mulheres negras se deparam cotidianamente com uma dupla opressão no Brasil, a de raça e a de gênero.

Hoje, a violência contra a mulher é reconhecida como um problema social e um atentado aos direitos humanos (LAGE; NADER, 2018, p.286). Dessa forma, foram adotadas diversas medidas de enfrentamento pelos poderes públicos, que vão desde campanhas como o “Agosto Lilás”<sup>15</sup>, mês dedicado à conscientização e criação de mecanismos para o combate à violência de gênero, fazendo menção à Lei Maria da Penha, e a campanha nacional e internacional “16 dias de ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”, criada pelo Instituto de Liderança Global das Mulheres, em 1991<sup>16</sup>. Como também, a criação das já citadas Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio, e a criação de delegacias especializadas para atender esses casos em 1980. Entretanto, nem sempre foi assim. A violência contra a mulher foi legitimada por muito tempo no Brasil.

Lage e Nader (2018) observam que na História do Brasil, a ideologia patriarcal sustentava, e infelizmente ainda sustenta, as relações conjugais e familiares, e essa ideologia conferia ao homem poder e controle sobre as mulheres, justificando assim atos de violência cometidos contra filhas e esposas. Apesar do patriarcado ter nascido nas classes dominantes, influenciou todas as outras camadas sociais, “disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela” (LAGE; NADER, 2018, p. 287). Desse modo, os homens assumiram como função disciplinar e controlar as integrantes da família, sendo aceito recorrer ao uso da força. Assim, a violência não era tida como um atentado contra a integridade da mulher, mas sim como uma medida corretiva em que a mulher, na maioria dos casos, era colocada como culpada pelas agressões sofridas.

---

<sup>14</sup> MUGNATTO, Sílvia. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. **Agência Câmara de Notícias**, 30 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

<sup>15</sup> BITTAR, Paula. Câmara lança campanha Agosto Lilás de enfrentamento à violência contra a mulher. **Agência Câmara de Notícias**, 06 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

<sup>16</sup> 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 2019. ONU Mulheres Brasil. 2019. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

A sociedade dividida em pública e privada, reservou o lugar das mulheres brancas ao privado, sob a tutela e os olhos dos homens da casa. Esse espaço era inviolável e só dizia respeito à família, tornando-se assim um “*locus*” privilegiado para a violência contra mulher” (LAGE; NADER, 2018, p.287). E essa violência era aceita e justificada como ferramenta para manter a ordem social e o bom funcionamento da família.

Esse cenário violento piora quando refletimos sobre o histórico de violência contra mulheres negras. De acordo com Santana, as mulheres negras eram

[...] desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas, pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. Não podiam, pela condição de mercadoria, se vincular afetivamente, apenas funcionavam como máquinas reprodutoras [...] a mulher negra é historicamente desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade (SANTANA, 2011, p. 207 apud LINHARES, 2021, p. 134)

Assim, além da violência sofrida pelo gênero, as mulheres sofriam a violência pela raça. Os lugares reservados a elas eram os de sexualização e trabalho.

Essa realidade começa a mudar com a Lei Maria da Penha, ao passo que deu “maior visibilidade à violência intrafamiliar praticada contra as mulheres no Brasil, e enfatizou a necessidade de imputação de pena aos agressores” (BRASIL, 2006 apud ROCHA, 2020, p. 32). Sendo assim, o ambiente doméstico deixou de ser um espaço privado intocável e começou a ser foco de medidas institucionais.

Mesmo com as diversas mudanças ocorridas no Brasil, a violência de gênero continua com estatísticas altas, segundo Giddens (2011 apud ROCHA, 2020, p.36) um dos fatores que influenciam no aumento da violência contra a mulher nas sociedades contemporâneas é a perda de controle dos homens sobre o comportamento das mulheres. Além da perda de poder, vivemos em uma sociedade que continua naturalizando a violência de gênero através das violências simbólicas. De acordo com Bourdieu:

a violência simbólica pode se manifestar de maneira a não ser percebida pelas próprias vítimas, o que ocorre principalmente através de meios de comunicação e de conhecimento. A violência simbólica perpassa os mais variados mecanismos da vida cultural e cotidiana e pode se fazer presente em ditados populares, anedotas, contos infantis, romances, músicas, e etc. Esses constructos culturais podem veicular valores e significados relacionados às questões de gênero, reproduzindo uma ordem que valoriza a heterossexualidade e o masculino em detrimento do feminino (BOURDIEU, 2002 apud ROCHA, 2020, p. 38).

Aliada a essa lógica de violência simbólica, há uma hierarquia dos sexos que ratifica essa superioridade masculina, à medida que, segundo Beauvoir

é através dos olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lancelot [...] quantos homens para uma Joana D'Arc; [...]. Nada mais tedioso que os livros que traçam vidas de mulheres ilustres: são pálidas figuras ao lado dos grandes homens; em sua maioria banham-se na sombra de algum herói masculino (BEAUVOIR, 2016, p.34).

Além das violências simbólicas e da naturalização da violência contra a mulher desde que o Brasil era uma colônia de Portugal, outro agravante para o contínuo aumento de casos de violência de gênero é, segundo Nolasco (1993 apud ROCHA, 2020, p. 41) a socialização de meninos e meninas. A autora observa que os pilares para a construção do sexo masculino são a força e a virilidade, além da visão de que o referido sexo é superior ao feminino. Assim, o homem busca se afirmar cotidianamente na sociedade, através do “exercício da força, da dominação das mulheres e da rejeição de comportamentos considerados femininos ou desviantes em relação ao padrão de masculinidade hegemônico” (NOLASCO, 1993, apud ROCHA, 2020, p.41).

Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo sexo*, destaca como essa socialização acontece, partindo da infância. Ela se manifesta de formas sutis, uma vez que o menino é estimulado desde cedo a dominar, a subir em árvores, enfrentar os colegas, participar de jogos violentos e, assim, o seu corpo revela-se como um mecanismo de dominação da natureza. Assim, é naquilo que a autora chama de “primeira infância” que o menino aprende a receber – e dar também- pancadas, aprende a desdenhar da dor e a negar as lágrimas e seus sentimentos. Ao menino são ensinados o risco, a coragem, a virilidade e a força. Enquanto para o “outro”, ou seja, para a menina, ensinam que

“para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca e recusam-lhe liberdade [...] pois quanto menos liberdade para compreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará neles recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito [vivendo assim, à sombra de homens e aprendendo que o seu papel é servi-los] (BEAUVOIR, 2016, p.25)

É possível enquadrar a discussão de Beauvoir nas chamadas tecnologias de gênero. As tecnologias de gênero, são, segundo Lauretis (1994 apud ROCHA, 2020, p. 38) práticas, modelos e padrões que são determinados para homens e mulheres e essas tecnologias de gênero são responsáveis por veicular os sentidos simbólicos em torno do feminino e do masculino. Ou seja, quando Simone de Beauvoir diz que

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016, p.11)

A autora defende, assim como Nolasco e Lauretis, que é a forma como criamos e socializamos os seres humanos que define o que é ser mulher e o que é ser homem, e são nesses princípios que as justificativas para oprimir, silenciar e violentar as mulheres se embasam. Trocando em miúdos, a crença na superioridade masculina e a inferioridade feminina nada tem a ver com determinismo biológico, mas sim, com a socialização e os papéis e funções que são atribuídos aos homens e as mulheres na sociedade (ROCHA, 2020, p. 38).

Dito isto, é necessário considerar a importância de movimentos sociais que questionaram, e ainda questionam, essas construções sociais. Eles foram fundamentais para ampliar os direitos relacionados às questões de gênero na sociedade brasileira (ROCHA, 2020, p. 28). Olivia Rocha diz que

A aprovação de leis de criminalização de diversas formas de violência que atingem o sexo feminino foi significativa nas primeiras décadas do século XXI. Esse processo vem ao encontro de demandas da sociedade que se expressam através de reivindicações de movimentos de caráter feminista e de denúncias na imprensa (ROCHA, 2020, p.32)

Mas o que seriam esses movimentos de caráter feminista? O que é o feminismo em vias de fato? De acordo com o Dicionário Online de Português<sup>17</sup>, feminismo significa: “ideologia que defende a igualdade, em todos os aspectos (social, político, econômico), entre homens e mulheres.” O feminismo é um movimento social, que surge após a Revolução Francesa, a partir das reivindicações femininas de direito ao voto. O movimento se fortalece na Inglaterra, durante o século XIX, e posteriormente se expande para os Estados Unidos, no começo do século XX (PINTO, 2003, p. 13).

No Brasil, ele também se inicia a partir das reivindicações de voto, na década de 1920, e já nessa fase inicial do feminismo brasileiro é possível identificar diferentes vertentes de luta.

---

<sup>17</sup> Definição de Feminismo. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/feminismo/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Pinto (2003) fala que três vertentes se fizeram claras nesse período: a primeira, diz respeito ao movimento liderado por Bertha Lutz, que desejava a incorporação feminina na sociedade como um sujeito portador de direitos políticos, no entanto, essa vertente de luta desejava apenas a incorporação de direitos, e não uma mudança nas relações de gênero e do local feminino e masculino na sociedade brasileira, a autora chama de “face bem-comportada do feminismo”.

A segunda vertente é denominada pela autora de “feminismo difuso”, tratava-se de um movimento protagonizado por mulheres cultas, professoras, escritoras e jornalistas, e se manifestava principalmente na imprensa, falavam em educação feminina e na dominação masculina. Enquanto a terceira e última vertente analisada por Céli Pinto é a do movimento anarquista, era composto principalmente por mulheres trabalhadoras e intelectuais, elas defendiam a libertação feminina de forma radical, e associavam a exploração da mulher ao trabalho.

Com a chegada da década de 1960, emergiu a chamada “segunda onda feminista”, em que os debates e questionamentos assumiam diferentes moldes. Assim, o movimento feminista começa a questionar as violências contra a mulher e rompe com a ideia difundida de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. As reivindicações passaram a levantar a pauta de que os casos de violência de maridos contra esposas não diziam mais respeito à esfera privada, que era, na verdade, um assunto de ordem pública e que precisava ser debatido e combatido, lemas como “O pessoal é político”, cunhado inicialmente por Carol Hanish, se faziam cada vez mais presentes nas manifestações internacionais (PINTO, 2003, p. 41). A influência dessa segunda onda se consolida no Brasil de maneira expressiva apenas em 1975, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) definiu aquele como o Ano Internacional da Mulher, esse fato propiciou um novo olhar para as questões e debates de gênero no Brasil.

O feminismo é uma pauta cada vez mais presente na sociedade, principalmente a partir dos debates em redes sociais. No entanto, ainda é um tema rodeado de ideias errôneas. Adichie (2014, p. 5) diz ter “a impressão de que a palavra “feminista”, como a própria ideia de feminismo, [...] é limitada por estereótipos”. Desse modo, são difundidas ideias equivocadas sobre o que é movimento feminista e sobre o que é ser feminista. Como já dito anteriormente, é um movimento político, que busca a igualdade de gênero e luta pelo fim da violência contra a mulher. Além disso, é um movimento extremamente plural. Linhares (2021, p. 126) pontua que não se pode pensar em feminismo sem pensar

em pluralidade, afinal as “mulheres são diferentes, são de várias classes, de várias cores” e por serem tão plurais, formam um movimento diverso, com diferentes vertentes.

As vertentes feministas são frentes de lutas variadas, e surgem com a segunda onda feminista, justamente por certos grupos de mulheres não se identificarem com os rumos que o movimento estaria tomando. As mulheres negras então começam a levantar os seus debates e assumir o protagonismo na luta. Ao longo dos anos, o feminismo foi se transformando e as vertentes também, a cada dia foram surgindo novas frentes de debates e luta. Entre as vertentes conhecidas hoje estão: o feminismo radical, feminismo liberal, feminismo negro, feminismo interseccional, feminismo marxista, entre tantos outros.

E porque o feminismo, ou os feminismos, devem ser pautas de debates, seja nas redes sociais, no cotidiano e na escola? Porque os feminismos são uma das principais ferramentas no combate à violência e discriminação de gênero (LINHARES, 2021, p. 126). O movimento feminista, aliado à educação e ao ensino de história pode promover mudanças significativas na sociedade. É a crença nesta ideia que fez esse trabalho nascer, pois acredito que é possível e necessário realizar um ensino inclusivo e que vise romper com o regime patriarcal, e isso pode ser feito através de pequenas mudanças nos planos de curso, nos currículos e nas abordagens dentro de sala de aula, como defenderei a seguir.

## **EDUCANDO CRIANÇAS FEMINISTAS: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS MULHERES**

O processo de ensino e aprendizagem começa desde a produção dos currículos, dos planos de curso, dos materiais didáticos, das aulas e da escolha das temáticas. As (o) professoras (es) são produtoras (es) e mediadoras (es) dessas ferramentas, e muitas vezes, são nessas ferramentas que se reproduz e naturaliza as diferenças e opressões de gênero, raça e classe (LOURO, 1997, p. 64). Mas para que essas (es) professoras (es) estejam aptas (os) a discutir as questões de gênero, raça e sexualidade com crianças e adolescentes, elas (eles) precisam receber uma formação docente aquedada e que fomente tais debates.

Costa (2021) faz uma análise dos Planos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Pará, dos campus de Belém e Ananindeua. A intenção da autora é examinar como mulheres aparecem, ou não, nesses planos pedagógicos, e conseqüentemente, analisar como essa presença/ausência feminina nos

planos de curso reflete na formação docente. A referida autora constata que, autoras e pesquisadoras estão presentes nos planos pedagógicos, entretanto, o lugar que ocupam é o de disciplinas de caráter de ensino de história, enquanto nas disciplinas teóricas e metodológicas, não são citadas. A problemática disso está no fato de as (os) discentes não receberem a orientação de como teorizar e estudar a história das mulheres, é quase como se a história das mulheres não fosse um campo teórico e epistemológico. Além disso, Camila Costa ainda constata que, a maioria de autores e autoras presentes nos planos são brancos, destacando como a opressão e o silenciamento de gênero estão ligados com o racismo.

A escola, juntamente com a família, são os principais meios de socialização que o indivíduo tem contato durante a infância. É na escola que meninos e meninas aprendem como viver em sociedade, aprendem normas, regras de convivência e realizam a sua formação intelectual. São através das músicas, dos livros didáticos, das aulas, que as representações são transmitidas. É nesse ambiente que crianças e jovens começam a se reconhecer enquanto indivíduos e construir o seu papel e lugar na sociedade (ROCHA, 2020, p.41). Rocha pondera que

A escola possui um caráter normalizador e, enquanto instituição social, tende a reproduzir os valores culturais hegemônicos em uma dada realidade social. O trabalho da escola sobre as educandas e os educandos não se detém ao âmbito intelectual. Na escola, as crianças do sexo feminino e masculino aprendem gestos, movimentos e sentidos que devem ser incorporados em seus corpos (ROCHA, 2020, p. 42)

Por esses fatores se faz tão necessário reavaliar a formação docente e, principalmente, o que está sendo veiculado no espaço escolar.

A exclusão de temas que falem sobre mulheres e sobre os movimentos feministas faz parte de um projeto de manutenção da sociedade patriarcal, e principalmente, da questão ideológica enraizada na nossa sociedade, que atrela temas como gênero e sexualidade à estereótipos e à ideia de que as (os) professoras (es) estariam doutrinando meninos e meninas ao debaterem tais temas. A escola não é um espaço neutro, como apresentado anteriormente, é um ambiente composto por diversidade e, principalmente, um lugar que reflete e reproduz os preceitos da sociedade. Por isso é tão importante manter a exclusão e silenciamento feminino nesses espaços, para que se mantenha a lógica da opressão de mulheres pelos homens. Para ratificar isso, coloquemos em pauta a questão da neutralidade da BNCC, já citada anteriormente. A Base Nacional Comum

Curricular assume uma linguagem universal, entretanto, essa universalidade propicia um apagamento das singularidades, o que acaba contradizendo os preceitos de respeitar e representar as diferenças e diversidades dentro de sala defendidos pela própria BNCC (ROCHA, 2020, p.49).

As desigualdades de gênero, raça e classe estão intimamente ligadas com a socialização de indivíduos, e a forma como socializamos crianças e adolescentes deriva do processo histórico e sociocultural da sociedade. Sendo assim, a educação, e principalmente, o ensino de história, devem problematizar essas estruturas e processos enraizados no meio que vivemos. Isso deve ser feito de forma atenciosa, ao passo que se adeque à idade das alunas e alunos (ROCHA, 2020, p.43). Louro defende que

A escola e o ensino de história que nela se pratica precisam ser pensados como partes importantes desse processo de construção, em busca de um aprendizado dialógico e continuado que penetre na vida dos(as) sujeitos(as) que a compõem, pelo qual possam constituir ou questionar suas “identidades escolarizadas” (LOURO, 1997, p.61).

Gerda Lerner defende como a educação e a história são fundamentais para que as mulheres se libertem (LERNER, 2019, p. 23) além disso, é também um meio de luta e reivindicação para elas. Segundo Nilma Lino Gomes: “[a] educação, seja ela escolar, formal, seja a educação enquanto processo de vida, sempre fez parte da luta das mulheres e, principalmente, das mulheres negras (2016 apud LINHARES, 2020, p. 85). Dessa forma, se faz cada vez mais urgente e necessária a desconstrução dos silêncios impostos às mulheres, afinal,

Um ensino de história que coloca as mulheres como sujeitas de sua própria vivência, na relação com outras experiências, e em meio a estruturas capitalistas, racistas e sexistas, em diferentes tempos e espaços, contribui para pluralizar narrativas, rompendo com concepções lineares, homogêneas e pretensamente neutras de uma ciência e de formas de ensino que, na verdade, não o são (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p. 215)

Não é uma tarefa fácil, e muito menos confortável. Adichie (2014) aponta que conversar sobre as questões e opressões de gênero deixa as pessoas irritadas, homens e mulheres não gostam de tratar do assunto, pois quebrar com as estruturas e opressões de gênero significaria abalar o status quo. Entretanto, é necessário e urgente, visto que a educação pode alterar os altos índices de violência contra as mulheres apresentados anteriormente.

Para realizar uma educação inclusiva e democrática devemos estar atentos aos aspectos de classe social, etnia, sexo, identidade de gênero e orientação sexual que estão presentes meio as (os) alunas (os). O ensino deve ser significativo e o mais próximo possível da realidade dos discentes (ROCHA, 2020, p. 49). Até porque, os sujeitos que compõem o ambiente escolar são diversos, não apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de diferentes etnias, religiões, classes sociais, e é por esse fator que a escola pode se tornar um lugar de ensino crítico e reflexivo, que impacte diretamente a vida daqueles que estão ali sendo socializados. Não podemos enquanto docentes ignorar as diversidades e as pautas sociais e realizar um ensino de mera transposição didática (LOURO, 1997).

Tendo em vista a necessidade de refletir sobre essa invisibilidade de mulheres no ensino, trazida até agora no presente artigo, é que foram construídas as oficinas sobre movimento feminista e história das mulheres, realizadas de 2018 a 2022 em escolas da rede pública de Belém e Região Metropolitana, conforme citado no início desse artigo. As oficinas fazem parte dos projetos já citados “Lugar de mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de história” e “Onde está a Tereza? invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de História e patrimônio”, ambos coordenados por Anna Maria Alves Linhares. Os projetos de extensão e pesquisa têm como objetivo debater as questões de gênero na Universidade e levar esses debates para as escolas da rede pública de ensino. Em 2017, iniciei como bolsista no projeto “Lugar de Mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de História” e elaborei e ministrei cerca de 2 oficinas ao longo do ano de 2018. Posteriormente, assumi como função de bolsista no projeto “Onde está a Tereza? invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de História e patrimônio” onde já elaborei e ministrei cerca de 6 oficinas no período de 2021 a 2022, juntamente com a outra bolsista Bianca Karoline Silva da Costa<sup>18</sup>, em diferentes instituições de ensino básico de Belém e Região Metropolitana. A seguir, irei pontuar experiências e aprendizados que adquiri ao longo desses 4 anos como bolsista.

A realização das oficinas, em escolas de ensino público de Belém e Região Metropolitana de Belém, foi pensada a partir do potencial que as oficinas possuem de agir como ferramentas importantes para agregar conhecimento crítico e reflexivo aos alunos, ao passo que uma oficina é

---

<sup>18</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva (PAVIANI & FONTANA, 2009, p. 78)

Dessa forma, as oficinas tinham como objetivo discutir a construção das desigualdades entre homens e mulheres, a invisibilização feminina na história, as diferentes violências que atingem as mulheres cotidianamente, conceituar o movimento feminista, e desmistificar certas ideias acerca desse movimento, haja vista que, debater sobre

movimentos sociais como o feminismo e o LGBTQI+ no ensino de História é uma maneira de evidenciar que direitos são conquistados a partir do questionamento das desigualdades e do protagonismo político, contribuindo para a afirmação de identidades de gênero e do reconhecimento da diversidade de orientação sexual na perspectiva da cidadania.” (ROCHA, 2020, p.47)

além de, debates como esses, nas escolas, serem imprescindíveis para combater a violência contra as mulheres e a masculinidade que sustenta o regime patriarcal.

As oficinas tinham como público-alvo alunos do ensino médio e a escolha das turmas era definida por mim juntamente com a coordenação das instituições. As primeiras oficinas que realizei, no ano de 2018, foram em uma instituição do município de Ananindeua<sup>19</sup>, para alunos do 2º ano do Ensino Médio. O título das oficinas foi “Feminismo no Plural”, e nelas abordei o conceito do movimento feminista, a sua formação, a história do movimento e os diferentes tipos de violência contra a mulher. As turmas foram bastante participativas, as alunas e alunos se demonstraram interessados em sua maioria e levantaram dúvidas e questões relacionadas aos estereótipos do movimento feminista, veiculados em redes sociais, como por exemplo: “o feminismo é o contrário do machismo?”, “as feministas são nazistas?”, “homens podem ser feministas?”, entre outras. Uma coisa comum, nas 2 oficinas que realizei nesse período, foi a resposta dos alunos quando perguntados onde tinham ouvido falar de movimento feminista, em todas as turmas a resposta foi que havia sido nas redes sociais. Em nenhuma das oficinas obtive resposta que os alunos tinham tomado conhecimento sobre o movimento feminista na escola.

---

<sup>19</sup> Município do estado do Pará que compõe a Região Metropolitana de Belém, localizado a 17,8 Km da capital paraense Belém.

Durante o período de 2020 e junho de 2021, o projeto de extensão “Lugar de mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de história” parou suas atividades presenciais, devido a pandemia do COVID-19, e funcionou de maneira remota, em que a coordenadora Anna Maria Alves Linhares promovia debates através de LIVES pelas redes sociais. Em julho de 2021, com o início da flexibilização e o retorno das atividades presenciais, a professora e coordenadora inicia o projeto de pesquisa “Onde está a Tereza? invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de História e patrimônio”, subsidiado pela FADESP, a partir de uma ementa parlamentar, como afirmei anteriormente, e novamente assumo o cargo de bolsista.

Em novembro de 2021, após um período de debates e elaboração, ministrei a primeira oficina do projeto de pesquisa, juntamente com a outra aluna bolsista, em uma instituição do município de Belém, capital do estado do Pará. Essa oficina é intitulada “Sejamos feministas: por um mundo menos violento”, e os assuntos que nós abordamos foram: a conceituação do patriarcado, a história do movimento feminista, as vertentes do movimento feminista, os índices de violência contra a mulher e a masculinidade tóxica. As turmas que participaram foram de 1º e 2º ano do ensino médio, e ao serem perguntados como tinham conhecido o movimento feminista, as respostas se assemelharam com as que recebi em 2018: “nas redes sociais”.

Outra situação muito marcante, durante a realização das oficinas, aconteceu em uma instituição de ensino no município de Marituba<sup>20</sup>. Na ocasião, a oficina “sejamos feministas: por um mundo menos violento” foi ministrada para duas turmas, uma do 1º ano e a outra do 2º ano do ensino médio. Após ministrar a oficina, foi reservado um momento para a interação dos alunos, através de perguntas e comentários, e três perguntas chamaram atenção. O primeiro questionamento, feito por uma aluna, questionava a relação entre o movimento feminista e a religião. Ela colocava em pauta os comentários que tinha ouvido, de pessoas religiosas, sobre o feminismo, e esses comentários eram carregados de preconceitos e estereótipos, pois associavam o feminismo ao pecado, e por isso era um movimento que não devia fazer parte da vida das mulheres.

O segundo questionamento, também feito por uma aluna, dizia respeito ao motivo que levava mulheres que eram abusadas e violentadas a continuarem com seus

---

<sup>20</sup> Município do estado do Pará que compõe a Região Metropolitana de Belém, localizado a 22,8 Km da capital paraense Belém.

agressores. Explicamos para ela sobre o ciclo da violência, conceito cunhado pela psicóloga norte-americana Lenore Walker e difundido no Brasil pelo Instituto Maria da Penha<sup>21</sup>, segundo esse ciclo, a agressão conjugal inicia com o aumento da tensão, seguindo para o ato violento físico e finalizando com a fase do arrependimento e pedido de desculpas. Assim, explicamos para a aluna que, existem vários fatores para uma mulher se manter em um ciclo de violência, como a dependência financeira e emocional, por isso ressaltamos a importância de estimular mulheres a cuidarem da sua saúde mental e a conquistarem a independência financeira.

O terceiro e último questionamento, feito por um aluno, dizia respeito à lei Maria da Penha. O aluno questionou o motivo de ter uma lei “exclusiva” para as mulheres, pois havia homens que eram abusados e violentados por mulheres. Explicamos ao aluno que sim, existiam casos em que mulheres agrediam homens, mas era um percentual pequeno se comparado com a quantidade esmagadora de mulheres que são vítimas de agressões cometidas por homens. Ressaltamos que a importância da lei Maria da Penha estava atrelada aos altos índices de violência contra a mulher, e que, mesmo com a existência de uma lei específica para punir os agressores, os dados ainda eram preocupantes, quiçá em um cenário que tal lei não existisse. O questionamento levantado pelo aluno gerou debate entre as (os) alunas (os), e vários discentes se posicionaram, apontando que estatisticamente, as mulheres são mais violentadas por homens do que o contrário, e que esse fato era tão sério e preocupante, que foi necessário a criação de uma lei para tratar desses casos.

Esses três questionamentos demonstram como se faz necessário e urgente discutir sobre violência contra a mulher e movimento feminista no ensino básico. Essas crianças e adolescentes estão em contato com esses debates diariamente, seja nas redes sociais, nas rodas de amigos, na comunidade religiosa a qual frequentam, menos na escola, local que deveria fomentar esses debates e se fazer propenso ao esclarecimento de dúvidas. A escola não pode mais ignorar a realidade das (os) alunas (os), pois elas (eles) estão tomando cada vez mais consciência do seu lugar no mundo e da sua posição enquanto sujeitos constructos da sociedade. Sendo assim, a escola precisa proporcionar

---

<sup>21</sup> O ciclo da violência. Disponível em: < <https://www.institutomariadapenha.org.br>>. Acesso em: 04 jun 2022.

que essa (e) aluna (o) construa uma consciência crítica e igualitária, visando um mundo menos violento para mulheres.

Como a escola pode auxiliar na construção de uma sociedade menos violenta e que respeita as diferenças? Através de um ensino posicionado. O conceito de “ensino posicionado”, cunhado por Lúcia de Fátima Guerra, consiste em

transformar o ensino de história, numa série de procedimentos e entendimentos que incluam a história das mulheres, em sua diversidade. Não se trata de acrescentar fatos a uma história masculina, no sentido lacunar, mas ampliar a compreensão dos processos históricos de forma mais complexa, trazendo à tona aquilo que permaneceu subterrâneo e invisibilizado: os micro-poderes, as subjetividades, as violências cotidianas, as táticas de lutas, entre outras tantas experiências que envolvem os gêneros (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p. 215)

Um ensino de história posicionado pode alterar a realidade violenta que mulheres estão inseridas e desconstruir a hierarquia dos sexos, à medida que, promove o entendimento de como as relações e hierarquizações se constituíram ao longo da história, as consequências de tal hierarquização no presente e as possibilidades de mudança desse quadro (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p.227).

A prática docente não deve se ater à transposição didática e nem às informações contidas no livro didático, pois, ao analisar o trabalho de Barroso (2020) e Caimi e Mistura (2015), o livro didático de história pouco aborda a história das mulheres e os debates de gênero. Desse modo, é necessário que as (os) professoras (es) se utilizem de outros recursos para incentivar a atitude reflexiva nas (os) alunas (os). Tais recursos podem ser pesquisas, feitas pelas (os) discentes, materiais audiovisuais que abordem a temática, e as oficinas temáticas.

Entretanto, as (os) professoras (es) precisam se ater à forma como irão incorporar a história das mulheres e os debates de gênero em sala de aula, para que não sejam tratadas como mero apêndice ou “vítimas” que “merecem” ser citadas.

As histórias femininas, no entanto, não podem ser tratadas como tema à parte, como acessório de uma história masculina, ou reduzida a uma “grande história”, em que a diversidade das mulheres seja sintetizada por uma trajetória única, europeia, branca, heterossexual e cisgênera. É preciso pensar histórias de mulheres indígenas, negras, LGBTQIA+s, sem heroificá-las e nem vitimizá-las como uma condição feminina essencialista, mas entendê-las enredadas nos processos históricos conflituosos, nas concretudes das existências individuais e coletivas, sempre em movimento de transformação (ROVAI; MONTEIRO, 2020, p. 217).

A história das mulheres e as personagens femininas podem, e devem, ser incluídas em todos os conteúdos e eixo temáticos, inclusive em todas as disciplinas. É possível falarmos de mulheres nas aulas de matemática, inclusive, retratando várias matemáticas que contribuíram com a constituição desse campo de conhecimento (LINHARES, 2020). As oficinas realizadas no ensino básico, tiveram, também, como objetivo, fomentar que as alunas e alunos questionem as (os) suas (seus) professoras sobre os temas que retratamos, questionem onde estão as mulheres, onde estão as (os) negras (os). As mulheres fizeram parte da constituição da nossa sociedade, em todos os âmbitos, elas existiram e resistiram, e não podemos mais silenciá-las.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O patriarcado não é um sistema natural, foi construído e moldado ao longo de milênios, e por isso, pode ser destruído. A socialização e os papéis de gênero são prejudiciais não só para as mulheres, mas para os meninos também. Manter-se neutro, diante desse sistema opressor, é corroborar para a naturalização e manutenção de uma sociedade que violenta mulheres cotidianamente.

Onde estão as mulheres nas aulas de História? A elas foi reservado um lugar de escuridão e silenciamento, o que contribuiu em certa medida para que as opressões se perpetuassem ao longo dos séculos. Esse silêncio foi quebrado, após luta e resistência feminina, as pesquisas de gênero e história das mulheres estão cada vez mais presentes nas instituições nacionais e internacionais, mas a invisibilização persiste nas salas de aula.

Levar o movimento feminista para o “chão da escola” é imprescindível para quebrar com certos estereótipos e, principalmente, é uma ferramenta que, aliada ao ensino de história, pode combater a triste realidade que estamos inseridas. Professoras (es) qualificadas (os), mudanças no currículo e ferramentas pedagógicas, como por exemplo, as oficinas, podem transformar o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Marc Bloch (2001, p. 45 apud ROCHA, 2020, p. 50), “uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor”. Desse modo, o ensino de história, comprometido em promover debates de gênero e incluir a História das Mulheres, tem potencial para combater os altos índices de

violência contra a mulher e promover o respeito as diferenças de gênero, sexualidade e etnia. Portanto, sejamos todos feministas.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

BARROSO Miranda, Caroline. "**De que cor eu sou?**" **O lugar da menina negra no espaço escolar: um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de história**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2. Tradução Sérgio Millet. -3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Leticia. **O (não) lugar da mulher no livro didático de História: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)**. In: *Aedos*, Porto Alegre, v.7, n.16, p-226-246, Jul. 2015.

COSTA, Camila. **As mulheres existem: teoria feminista, estudos de gênero e história das mulheres na formação de professores de História**. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2021.

FAÇANHA, Marlia Aguiar. **E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História**. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2019.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Da legitimação à condenação social**. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. org. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro – 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Anna Maria. **O lugar (ou o não lugar) da mulher no ensino de história?** In: NUNES, Francivaldo Alves (org). *História e ensino por historiadores: Lugares, sujeitos e contextos*. 1ª ed. – Maringá: Viseu, 2020.

LINHARES, Anna Maria. **Sejamos feministas: por uma escola inclusiva e desreguladora de corpos femininos**. In: OLIVEIRA, Vanilda Maria de; FILGUEIRA, André Luiz de Souza; SILVA, Lion Marcos Ferreira e. (org). *Corpo, corporeidade e diversidade na educação-- Uberlândia : Culturatrix, 2021. 502 p., il.*

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli & FONTANA, Niura Maria. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência**. In: *Conjectura*, Caxias do Sul, V.14, nº2, p.77-88, maio/ago. 2009.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Gênero**. In: *Novos temas nas aulas de História*. Carla Bassanezi Pinsky (org). – 2 ed. 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA, Olivia Candeia Lima. **Educação, ensino de história e o combate à violência de gênero no Brasil contemporâneo**. In: *Revista eletrônica história em reflexão*, Mato Grosso do Sul, v.14, n.27, p.25-54, Jan./Jun. 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. **História das Mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado**. In: *Revista eletrônica história em reflexão*, Mato Grosso do Sul, v.14, n.27, p.206-230, Jan./Jun. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2022

Casos de violência doméstica crescem 12% no Pará. G1 Pará, Belém, 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PANORAMA da violência contra as mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

O Pará é o estado da região norte com mais casos de feminicídios. G1 Pará, Belém, 05 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CORREA, Emanuele. Mais de 7,2 mil mulheres foram vítimas de violência de gênero no Pará este ano. O Liberal, Belém, 10 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SILVA, Vitória Régia da. Diferença entre as taxas de homicídio de mulheres negras e não negras evidencia racismo, diz coordenadora do Mapa da Violência de Gênero. *Gênero e Número*, 25 jul. 2019. Disponível em: < <https://www.generonumero.media>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MUGNATTO, Sílvia. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. *Agência Câmara de Notícias*, 30 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BITTAR, Paula. Câmara lança campanha Agosto Lilás de enfrentamento à violência contra a mulher. *Agência Câmara de Notícias*, 06 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 2019. ONU Mulheres Brasil. 2019. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

O ciclo da violência. Disponível em: < <https://www.institutomariadapenha.org.br>>. Acesso em: 04 jun. 2022.